

O NEGRO NO PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)*

Delton Aparecido Felipeⁱ
Teresa Kazuko Teruyaⁱⁱ

RESUMO:

A legislação brasileira prevê políticas de ação afirmativa como a reserva de vagas no ensino superior destinada aos afro-brasileiros e o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica desencadeou uma série de debates questionando a sua constitucionalidade. Até que ponto estas políticas afirmativas contidas na Lei 10.639/2003 do Conselho Nacional de Educação, viabilizam a democratização real de educação escolar? Para contribuir com esta questão, analisamos o pensamento educacional brasileiro no período da Primeira República (1889-1932), quando o negro na condição de ex-escravo era um empecilho e alvo de discriminação e de preconceito por parte da sociedade brasileira, o que dificultava a sua inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, realizamos um mapeamento da produção bibliográfica referente à escolarização do negro brasileiro e analisamos alguns documentos disponibilizados nos arquivos do jornal O Estado de S.Paulo, que aborda a instrução pública para o ex-escravo, a fim de contrapor com os artigos publicados no Jornal Menelick, nos quais defendem a necessidade de garantir o acesso da população negra aos bancos escolares. Concluímos que na história da educação brasileira, o negro foi abandonado, discriminado e relegado ao papel secundário.

Palavras-chave: Educação escolar, formação de professores, negro na escola pública.

THE VIEW OF THE BLACK IN THE BRAZILIAN SCHOOLING THOUGHT OF THE FIRST REPUBLIC (1889 – 1930)

ABSTRACT:

The current Brazilian legislation provides some welfare politics such as vacancy bonds for black people in universities and compulsory teaching of “História e Cultura Afro-Brasileira” in Primary Schools. This has arisen several questions about its constitutional legality. At what point does this welfare politics, within “Lei 10.639/2003” from “Conselho Nacional de Educação”, promote a real schooling democratization? In order to contribute to this issue, we analyze the existing Brazilian educational thought in the period of the First Republic (1889 – 1932), when Blacks were treated as slaves, and were severely prejudiced by the Brazilian society what made it difficult for them to participate in the labor market. Thus, we researched on bibliographical works concerning the Brazilian Black’s schooling and examined some available documents in the archives of “O Estado de São Paulo”. They talked about the public schooling for slaves opposing to the articles from “Jornal Menelick”, which defend the right for black people to study at school. Finally, we concluded that according to the history of Brazilian schooling Blacks were prejudiced and set aside.

Key-words: schooling, teacher education, black people in public schools.

Introdução

Os debates sobre a constitucionalidade da Lei 10.639 aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 09 de Janeiro de 2003 que, entre outras coisas, prevê a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares e a reserva de vagas no ensino superior público para afro-descendentes motivou o nosso interesse em investigar a visão sobre a situação do ex-escravo negro no pensamento educacional depois da Proclamação da República.

A aprovação da Lei dividiu a sociedade brasileira em dois grupos distintos: de um lado, aqueles que lutaram pela sua aprovação com argumentos favoráveis a essa legislação, para construir as condições reais de mudança da situação social do negro brasileiro. Os defensores desta legislação dizem que as políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer o direito de ingresso, permanência e sucesso na vida escolar e a valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. O objetivo é promover a alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar o rumo para uma sociedade democrática, justa e igualitária, a fim de reverter os efeitos danosos sofridos durante séculos, provocados pelo trabalho compulsório, submissão e a opressão causada pelo preconceito racial e discriminação social.

De outro, estão os contrários a essa lei, porque consideram que a efetivação dessas ações afirmativa proposta pela Lei 10.639/2003, fere a Constituição Federal de 1988, na qual está prescrito no artigo 206, inciso I, e reproduzida Lei de Diretrizes de Base da Educação no enunciado do artigo 3, inciso I “a todos devem ser assegurados igualdade de condições para permanência e acesso a escola”. Sendo assim, esta lei aprovada pelo Conselho Nacional Educação (CNE) privilegiaria os afro-brasileiros, ignorando todos os outros grupos étnicos formadores da nação brasileira, reforçando ainda mais discriminação racial no Brasil.

Considerando as dimensões do debate sobre a legalidade ou não da lei que torna obrigatório, entre outras coisas, o ensino da história e cultura afro-brasileira na educação básica, questionamos: até que ponto as políticas afirmativas contidas na Lei 10.639 viabilizam a democratização real da educação escolar? Entendemos que a escola pública é a principal via de acesso ao conhecimento para a maioria da população brasileira, com possibilidades reais de promover a melhoria das condições sócio-econômicas de um povo. Essa escola, portanto, deve ser a fonte para a formação de valores, de hábitos e de comportamentos que respeitem a diferença existente entre os indivíduos.

Para contribuir com o debate, propomos uma reflexão sobre o negro no pensamento educacional brasileiro, especialmente, no período de 1889 a 1930, a fim de verificar como ocorreu a inserção do negro na escola pública brasileira, que naquela época vivia na condição de ex-escravo. As fontes consultadas indicam que a existência de uma luta pela inclusão dos negros no processo de escolarização para a formação do trabalhador e a dificuldade do Estado em viabilizar vagas aos ex-escravos na escola pública brasileira, já que o público alvo da instrução pública, nesse período, era o imigrante europeu.

Com base nos registros contidos nas diversas fontes documentais, selecionamos as informações que possibilitaram identificar a versão da história por parte da população branca e a visão dos próprios negros sobre a importância do acesso à escola. Selecionamos o período da Primeira República (1889 a 1930), porque as questões internas da História do Brasil como o fim da escravidão e a Proclamação da República marcaram o início de um sistema social que consolidou os ideais do liberalismo econômico e político, passando a considerar livres todos os segmentos da população brasileira. Com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, o negro deixou de ser ferramenta viva de trabalho para ser mão de obra assalariada, usufruindo os mesmos direitos de um cidadão brasileiro, mas

uma cidadania questionável, pois a própria sociedade manifestava o preconceito racial e o negro era impedido ou sugerido a não frequentar vários ambientes de brancos, inclusive escolas.

Os formuladores da instrução pública brasileira viam na escola uma instituição política capaz de finalizar o projeto de país que eles almejavam, que era um Brasil com desenvolvimento econômico igual aos países europeus. A escola pode ser um ambiente propício de constante luta pelo poder, é um local favorável às possibilidades de proporcionar transformações políticas, sociais e econômicas em um país.

Para verificar qual era a visão sobre negro no pensamento educacional no período demarcado, primeiramente fizemos um mapeamento preliminar das produções bibliográficas que tratam da temática no período proposto. Infelizmente nos deparamos com pouco material referente ao tema e os materiais encontrados abordam um aspecto, ou outro, mas sem fazer uma análise que possibilitasse uma reflexão mais aprofundada de como se deu a inserção do negro na escola pública, por causa disso, optamos por utilizar artigos de jornal da época junto com as referências bibliográficas mapeadas.

Selecionamos como fonte primária alguns artigos disponibilizados nos arquivos do jornal Folha S.Paulo. O Arquivo possui uma documentação referente à Instrução Pública que, “convenientemente interrogada [...] é insubstituível para uma tentativa de reconstituição histórica das várias dimensões da educação escolarizada ou não, principalmente no estado de São Paulo” (HILSDORF, 1999, p.16). Utilizamos como principais fontes para nossa pesquisa os seguintes documentos: Ofícios do Governo para o Inspetor Geral da Instrução Pública, Ofícios do Inspetor Geral para o Governo, Ofícios de professores ao Inspetor Geral. Esses documentos nos mostram os escritos de pessoas que estavam envolvidas na organização escolar em São Paulo no final do século XIX e início do XX, como professores, inspetores e governo. Se não encontramos testemunhos diretos de alunos e suas famílias nesses documentos, sua versão pode ser apreendida em uma leitura atenta dos registros oficiais, nos quais as vozes das famílias brancas e negras por vezes podem ser capturadas.

Para entender como a população negra se relacionava com a educação escolar pública, consideramos os assim denominados *Jornais da Raça Negra* uma importante fonte documental, já que “uma imprensa que tem circulação restrita e penetração limitada à comunidade a que se destina, irá exercer uma função social, política e catártica durante sua trajetória, mudando de conotação ideológica com a passagem do tempo” (MOURA, 2002, p. 6).

Esses jornais circularam de 1904 a 1963 e podem ser encontrados na Biblioteca Mário de Andrade, microfilmados sob o nome *Jornais da Raça Negra*. O primeiro jornal da cidade de São Paulo conservado é *O Menelick*, do ano de 1915. Apesar de ser uma data próxima da baliza cronológica final proposta neste artigo, a historiografia vem demonstrando a importância da existência dessa imprensa negra como fator de propagação dos ideais de cultura letrada entre a comunidade negra brasileira.

Encontramos registros que demonstram a valorização dada à educação como forma de ascensão social, o que confirma a pertinência de sua utilização como uma das fontes para este trabalho.

Durante todo o tempo em que a imprensa negra circulou, através de jornais de pequena tiragem e duração precária, as atividades da comunidade negra brasileira, principalmente a de São Paulo, ali se refletiam, dando-nos, por isso, esses jornais um painel ideológico do universo do negro [...]. A preocupação com a educação é uma constante. O negro deve educar-se para subir socialmente [...]. Em todas as

publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalizado (MOURA, 2002, p. 6).

Entre os diversos jornais da chamada Raça Negra que circularam no período, optamos por analisar alguns artigos inseridos no Jornal Menelick, pois era o jornal de maior circulação entre os negros brasileiros. Nessas fontes, extraímos alguns dados acerca da educação destinada ao segmento o qual esse periódico era direcionado.

Para delinear um panorama sobre o negro no pensamento educacional de 1889 a 1930, buscamos, tanto nas produções bibliográficas quanto nas fontes primárias, dados possíveis de serem analisados e evidenciamos a necessidade de abordar a temática proposta em um contexto mais amplo da História do Brasil. Dessa forma, podemos compreender o movimento dialético da situação do negro no período proposto, a fim de verificar tanto o posicionamento da população negra referente à sua própria escolarização, quanto posicionamento do Estado referente à educação destinada à essa parcela da população.

A Proclamação da República: um período de transformações.

Quando se fala em pensamento educacional no Brasil, especialmente aquele voltado para as camadas populares, lembramos que mesmo antes da Proclamação da República, ainda no século XIX, havia um amplo debate sobre a necessidade de um Sistema Nacional de Educação.

Sabe-se que no Brasil, a educação das classes populares suscitou um amplo e prolongado debate, tendo como cenário as transformações que estavam ocorrendo na forma do trabalho e conseqüentemente, na organização política, determinada pelo movimento geral do capitalismo no final do século (SCHALBAUER, 1997, p.01).

Com Manifesto Republicanoⁱⁱⁱ em 1870, os opositores do regime monárquico que vigorava nessa época, resolveram que iriam conquistar o poder político de forma evolutiva e fariam as transformações necessárias nas instituições de forma pacífica e gradual, ao invés de uma violenta revolução social. A abolição da escravidão é um exemplo dessa política gradualista, a Lei do Ventre Livre (1871) fixava a liberdade para todos os filhos da mulher escrava, a Lei do Sexagenário (1885) fixava a liberdade para todos os escravos com mais de sessenta anos.

Hilsdorf (2005) argumenta que os signatários do Manifesto Republicano tinham a convicção de que a educação escolar levaria o Brasil rumo ao desenvolvimento econômico para se equiparar às nações européias como França e Inglaterra. Seria a solução para a transformação evolutiva almejada pela sociedade brasileira, pois o progresso prometido pelos republicanos viria pela prática do voto dos alfabetizados. A frequência à escola, portanto, deveria formar o homem progressista e adequado aos tempos modernos, para transformar o súdito em cidadão ativo.

Marta Carvalho (1989) diz que no imaginário republicano, a escola é o emblema da nova ordem social brasileira, o ideal de sociedade dos cafeicultores paulistas, uma sociedade branca, estratificada, com direitos e deveres bem diferenciados. A escola pública, nesse momento, surge como instituição integralizadora do imigrante à nação brasileira, a fim de despertar e incutir o nacionalismo e o patriotismo, além de discipliná-lo para o mundo trabalho que a economia moderna exigia.

Através da difusão da instrução pública elementar e a criação de um sistema nacional de ensino, acreditava-se que se efetivaria a instrução necessária à formação do cidadão eleitor e integração do imigrante à nação, como pressuposto para a consolidação do regime político que levaria a efeito, juntamente com a nova organização do trabalho, o projeto modernizador da sociedade brasileira. (SCHELBAUER, 1997, p.61).

Os republicanos deveriam convencer o imigrante expatriado à adotar o Brasil como a sua pátria. A escola foi pensada para este povo como o instrumento ideológico de doutrinação, cuja função era ensinar a língua portuguesa, a geografia e a história nacional para despertar nele um espírito nacional.

Jorge Nagle (1984) afirma em sua tese que no período entre 1870 e 1920, a sociedade foi tomada por um fervor ideológico e um entusiasmo pela educação. Proliferava-se não só debates e polêmicas sobre educação como também iniciativas e realizações no campo escolar.

Rosa Fátima de Souza (1998) relata que entre 1894 e 1910 foram instalados 101 grupos escolares, no estado de São Paulo, e que o movimento de renovação da escola primária empreendida pelos primeiros governos republicanos teve profundo significado político, social e cultural, não só pela difusão para o meio popular da democratização da leitura, mas pelo seu comprometimento dos ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.

Souza (1998) ainda afirma que em uma análise dos alunos integrantes da escola pública entre 1909 e 1932 revela o favorecimento de determinados grupos sociais e a exclusão de outros grupos. Este fato indica que o projeto de escola pública no Brasil não tinha a finalidade de oferecer o ensino público para toda sociedade.

Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil passou por um profundo período de transformações. Houve um intenso processo de adaptação e remodelação das relações de trabalho do regime escravo para o trabalho livre e assalariado, como consequência do fim da escravidão negra (1888) que perdurou no Brasil aproximadamente 350 anos. Após abolição da escravidão ocorreu um intenso fluxo migratório proveniente de países europeus para o Brasil, especialmente italianos e alemães.

Do final do século XIX e início do século XX, houve um crescimento dos setores de prestação de serviços e da pequena indústria têxtil. Este fato estava associado ao início do processo de urbanização, ao crescimento das camadas médias e ao aparecimento de um proletariado urbano formado pelos imigrantes que, chegados ao país, abandonaram o trabalho na zona rural em direção às cidades. Nesse período ocorreu o fim da monarquia, desencadeado pelas disputas internas existentes desde da independência do Brasil, em 1822, pelos segmentos das classes dirigentes. Somado a este fato, havia também uma pressão internacional pela Proclamação da República brasileira, já que era o único país na América Latina ainda governado por uma monarquia.

Dentre várias transformações ocorridas no final do século, duas são essenciais para abordar de nosso tema: a primeira é a constante circulação de novas tendências de pensamento sobre como deveria ser a organização de uma nação que buscava o desenvolvimento. Segundo Hofbauer (2006, p.56), um “bando de idéias novas, que nascidas no além-mar atravessam o atlântico” e aporta no pensamento ilustrado brasileiro. Uma dessas idéias foi a ideologia do “ideal branco” de homem brasileiro tendo como referência o imigrante europeu. Hofbauer (2006) diz que se difundiu no Brasil a necessidade de um processo de branqueamento e cita intelectuais da época como Silvio Romero^{iv} e Nina Rodrigues^v, que defendiam a idéia do negro ser portador de características

degenerescentes, e caso a população brasileira não passasse por um processo de branqueamento, o Brasil nunca poderia chegar a ser uma nação grande e gloriosa como as nações européias. Nota-se que na Primeira República a marginalização da população negra estava presente no pensamento da população branca. Como exemplo, transcrevemos o depoimento de Guaracy Silveira, paulista nascido em 1893, que se dizia descendentes de bandeirantes, expressa em seu depoimento uma visão comum sobre os negros brasileiros em depoimento.

Penso que, se eu fosse preto, procuraria casar-me com moça de cor, mais um pouco mais branca, para ir melhorando as condições, de modo que meus filhos tivessem uma condição melhor. Como branco, entretanto, embora não tenha repugnância por moças com algum sangue negro, não acharia hoje razoável, casar-me com uma delas, pois creio que meu filhos não me perdoariam lança-los ao mundo para sofrerem as humilhações da cor (Figueireido apud FREYRE, 2004, p.596)

Esta citação revela o alto grau de preconceito racial e discriminação social da sociedade branca em relação ao negro nesse período. O ideal de homem brasileiro para a nação após a Proclamação da República era o branco europeu. Portanto, há uma forte evidência de que ser negro no Brasil era empecilho para a formação da identidade nacional almejada pelos republicanos.

A segunda transformação nesse período está intimamente ligada à primeira que é a busca do “ideal de homem brasileiro”. O Brasil realizou uma intensa campanha na Europa, em busca de brancos para morar no Brasil, a fim de amenizar os efeitos catastróficos que o sangue negro poderia causar a constituição na nação brasileira e suprir as necessidades de trabalhadores assalariados.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2000), entre as duas últimas décadas do século XIX até as primeiras três décadas do século XX, chegaram ao Brasil cerca de 217 mil alemães, 1 milhão e 457 milhões italianos, 690 mil espanhóis, 1 milhão e 360 mil portugueses dando prosseguimento ao que se convencionou chamar de *Política de Branqueamento*. Todas essas transformações e mudanças que ocorreram no início do século XX, afetaram vários setores da sociedade e, conseqüentemente, afetou o pensamento da educação pública brasileira.

O negro no pensamento educacional brasileiro.

No período da Primeira República, há registros do esforço do Estado em oferecer a escolarização do trabalhador branco nacional ou estrangeiro nas escolas públicas oficiais. Nos censos escolares do início do século XX, registra a presença marcante dos filhos dos imigrantes nas escolas públicas. De acordo com os dados apresentados por Rosa Fátima de Souza (1998, p.27) “os filhos de pais estrangeiros eram em algumas escolas duas a três vezes superior aos filhos de pais brasileiros”.

Sobre a instrução escolar dos ex-escravos no período de 1889 a 1930, há poucos registros, porém ao investigar diversas fontes primárias ou fontes secundárias que analisaram documentos, fotografias e depoimentos dessa época, encontramos alguns dados nos discursos emitidos na imprensa escrita sobre o negro no pensamento educacional brasileiro. Rosa Fátima de Souza (1998) traz dados que indicam as condições precárias da população

negra e pequena presença de crianças negras que frequentavam os grupos escolares reveladas nas fotografias da época. Afirma a autora:

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares, no entanto, daqueles setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. As fotografias da época revelam a pequena presença de crianças negras nas classes dos grupos escolares, e isso se explica pelas péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra da época. (SOUZA, 1998, p.27).

Para compreender a falta de relatos sobre a inserção do negro na escola pública brasileira no final do século XIX e início do XX, voltamos ao que se convencionou chamar de início de um pensamento sistematizado sobre educação pública no Brasil, que foi em 1870 com o Manifesto dos Republicanos. Como já foi abordado anteriormente, um dos maiores objetivos desse Manifesto foi inserir o Brasil no modelo idealizado pelo sistema capitalista de produção.

Para os países que compunham o sistema capitalista era inaceitável que Brasil ainda tivesse o seu sistema de produção sustentado pelo trabalho escravo, era necessário que ocorresse a libertação desses escravos, e isso foi feito de forma gradual. Daí surgia um problema: o que fazer com essa parcela de habitantes do Brasil que deixa de ser considerados ferramentas vivas de trabalho e passa a fazer parte da população brasileira?

Schelbauer (1997) argumenta que houve debates amplos sobre uso da mão de obra desses escravos, principalmente aqueles filhos da Lei do Ventre Livre, como mão de obra assalariada, pois com a abolição da escravidão surgia um problema para economia brasileira. Quem iria trabalhar nas lavouras, se a economia brasileira era praticamente sustentada pela mão-de-obra escrava na produção agricultura?

Onde irão obter trabalhadores? Os pretos libertos não permanecem nas fazendas, como já se deu noutros países escravocratas, e os operários estrangeiros são em geral caros ou pouco convenientes. Os portugueses e italianos procuram ganhar quanto podem fazer fortuna e volta à suas terras, os alemães ambicionam adquirir livremente seus bens de raiz. A questão operária é como em nosso país, muito complexa; apenas existe aí gente quase de sobra e aqui não há quase ninguém. (BINZER;1988, p.127)

Depois de uma exaustiva discussão entre as elites, optaram pela mão de obra dos imigrantes europeus. Acreditavam que essa atitude poderia resolver dois problemas: o da mão de obra e o do futuro da nação brasileira enquanto um país civilizado, já que, de acordo com teóricos da época, os europeus pertenciam a uma raça civilizada e iriam ajudar a conter os males trazidos pelos negros africanos.

O critério científico da inferioridade da Raça Negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou secções [...] A Raça Negra no Brasil, por maiores

que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus proprietários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. (RODRIGUES, 1977, p.7)

Nesta passagem, Nina Rodrigues indicava os aspectos significativos a respeito do negro no pensamento da elite brasileira que se apoiava no critério cientificista do século XIX, no qual provava cientificamente a inferioridade da raça negra. De acordo com as fontes que consultamos, após a decisão de trazer imigrantes europeus com a finalidade de substituir a mão de obra escrava, percebe-se que o negro foi totalmente marginalizado das políticas públicas do Estado. O ex-escravo negro não se inseria no ideal de homem nacional, postulado pela política do branqueamento. A única preocupação era fazer o negro branquear-se para perder, aos poucos, as características degenerativas da raça considerada inferior. Para isso, era necessário o ex-escravo entrar em contato com o homem branco, a fim de perder suas características negroídes.

Os místicos conservarão só metade, ou menos, do cunho africano; sua cor he menos preta, cabellos menos crespos e lanudos, os bicos e nariz menos grossos e chatos, etc. Se elles se unem depois á casta branca, os segundos místicos tem já menos da cor baça, etc. Se ainda a terceira geração se faz branca, o cunho africano perde-se totalmente, e a cor he a mesma que a dos brancos; ás vezes inda mais clara; só nos cabellos he que se divisa huma leve opposição pra se encrespem. (RAMOS, 1942, p.18-19)

Esta citação expressa o pensamento ideológico do branqueamento e perpassa a política de imigração europeia para o Brasil, evidenciando a exclusão do negro na nova identidade nacional que se formava após a Proclamação da República, sendo impossibilitados de conquistar sua cidadania pós-abolição da escravidão. Ou seja, só poderiam ser cidadãos as gerações futuras de mestiços que não tivessem as características étnicas do negro africano.

Se a escola pública, no ideário republicano de teor nacionalista e patriótico, tinha o objetivo de forjar o ideal de homem brasileiro e formar uma identidade nacional, o ex-escravo ficou a margem desse processo de constituição da identidade nacional brasileira no início do século XX. A escola pública em sua gênese não contemplou o negro brasileiro e o Estado não viabilizou a sua inclusão durante o período de 1889 a 1930. Isso não significa que o ex-escravo não encontrou alguma forma de lutar contra a discriminação e exclusão social.

Apesar de poucas informações que História da Educação no Brasil oferece sobre a educação do negro. Nos “jornais da Raça Negra” ou em pesquisas de História Oral realizadas com as lideranças do movimento negro do início do século XX, encontramos a existência de um esforço para a criação de escolas voltadas para a população negra no interior de vários estados brasileiros, por exemplo, na Bahia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo. Nesses estados, havia projetos de conscientização das populações negras desde o início da República. Mas de acordo com as pesquisas realizadas por Zélia Demartini (1989), as primeiras entidades organizaram-se como sociedades recreativas e o movimento por vagas nas escolas públicas vai se firmar apenas no fim da década de 1920.

Nesse contexto de reivindicações dos segmentos negros da população brasileira, que ainda não estavam incorporados ao sistema educacional proposto pelos republicanos,

vários intelectuais estavam preocupados com alto índice de analfabetismo. Essa situação comprometeria os rumos da nação, já que o progresso econômico brasileiro dependeria da inclusão de todos os segmentos na escola pública. Um exemplo de tal fato é a elaboração no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, que tinha como discurso a busca por uma educação que contemplassem os diversos grupos sociais existente na sociedade brasileira.

A educação nova, alargando na sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se, para formar “a hierarchia democrática” pela “hierarchia das capacidades” recrutada em todos os grupos sociaes, e que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ella tem, por objecto, organizar e desenvolver os meios de acção durável, com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo. (MANIFESTO, 1932, p.42)

Os debates de reformulação nas finalidades da escola pública brasileira limitaram-se no discurso, pois deixara de atender os interesses de determinados grupos sociais. O documento do Manifesto defendia a escola como um direito e o dever do Estado para atender os interesses dos indivíduos segundo as suas capacidades, mas isso não quer dizer que o negro brasileiro tenha sido contemplado em tais reformulações, porque no imaginário da elite brasileira a capacidade cognitiva do negro era inferior a do branco.

O negro na história da educação brasileira

Nesta investigação encontramos lacunas em aberto a respeito da escolarização dos negros no Brasil, mesmo assim, outros aspectos parecem evidentes no percurso escolar desses segmentos sociais, como o surgimento de instituições educacionais organizadas pelos defensores de uma educação escolar voltada para ex-escravos brasileiros.

A necessidade de ser liberto durante o período do Império ou de usufruir o exercício da cidadania na República, aproximou as camadas negras do desejo de uma educação escolar que lhes permitissem serem reconhecidos como cidadão brasileiro.

Quando se trata da população negra brasileira início da Republica, Moura (1989) diz que os principais centros de mobilização se localizavam na cidade São Paulo e Rio de Janeiro. Os movimentos sociais afro-brasileiros começam a partir de meados da década de 1910, na tentativa de lutar pela cidadania recém-adquirida e evoluir para organizações de âmbito nacional. Neste sentido, a primeira grande manifestação foi o lançamento da imprensa negra paulista; de acordo com Moura (2002), o primeiro jornal, *O Menelick*, começou a circular em 1915. Em seguida: *A Rua* (1916), *O Alfinete* (1918), *A Liberdade* (1919), *A Sentinela* (1920), *O Getulino* e o *Clarim d' Alvorada* (1924). Esta onda perdurou até 1963, quando foi fechado o *Correio d'Ébano*. Estes jornais possuíam como característica principal, o fato de não se envolverem na cobertura dos grandes acontecimentos nacionais, os quais evitavam, cautelosamente. Conforme Moura (1989, p.71), tratava-se de "uma imprensa altamente setorizada nas suas informações e dirigida a um público específico".

No que se refere propriamente à escolarização, segundo os modelos oficiais, percebe-se que ao longo da história das camadas negras brasileiras, manifestaram-se como um contraponto a afirmações que alegam incapacidade para a vivência bem sucedida de experiências escolares. Identificamos, nesse período, a ascensão de uma intelectualidade

negra visível desde o período imperial que reconhecia no domínio da escrita um meio para adentrar espaços sociais, dos quais os brancos pareciam detentores absolutos.

Embora apareça na história da educação o registro de que alguns negros tornaram-se intelectuais, podemos mencionar que esse fato teve ocorrência em outras realidades coloniais, como nos Estados Unidos. O que difere uma realidade da outra, é que o governo brasileiro não se mobilizou, em nenhum momento da história do Brasil, a desenvolver políticas de inclusão dos negros nessa sociedade e mesmo assim, os negros desenvolveram a sua trajetória educacional. Os mecanismos do Estado brasileiro que impediram o acesso à instrução pública dos negros durante o Império se deram em nível legislativo quando se proibiu o escravo, e em alguns casos, o próprio negro liberto, de frequentar a escola pública. Na prática, mesmo tendo garantido o direito dos libertos de estudarem, não foram criadas as condições materiais para a realização plena desse direito. Mesmo assim, uma restrita parcela da população negra conseguiu atingir um bom nível de instrução quando criaram suas próprias escolas. A instrução era oferecida por pessoas escolarizadas, que adentravam a rede pública gratuita, os asilos de órfãos e vagas nas escolas particulares.

As escolas formadas pelos próprios negros são experiências que embora tendo existido, quase não dispõem de registro histórico. Alguns trabalhos levantaram informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeiro colégio feminino fundado em Campinas no ano de 1860 e o Colégio São Benedito, criado em Campinas em 1902 para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade (MACIEL, 1997; BARBOSA, 1997; PEREIRA, 1999).

Outras escolas são apenas citadas em alguns trabalhos, a exemplo da Escola Primária do Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria do Rio Grande do Sul e a promoção de cursos de alfabetização, curso primário regular e um curso preparatório para o ginásio oferecido pela Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (PINTO, 1993; CUNHA JR. 1996; BARBOSA, 1997).

Há também registro de uma escola criada pelo negro Cosme^{vi}, no Quilombo da Fazenda Lagoa-Amarela, em Bragança, no estado do Maranhão para o ensino da leitura e escrita aos escravos aquilombados. Outra forma de acesso à instrução dos negros livres ou escravos ainda no período da escravidão é mencionada no trabalho de Cunha. Trata-se do caso de Luís Gama que, em 1874, quando tinha 17 anos, tornou-se um amigo de um hóspede da casa onde trabalhava na condição de escravo, o qual o ensinou as primeiras letras. Posteriormente, serviu para forjar sua própria alforria e fugir da casa do seu próprio dono (CUNHA, 1999).

Somente na década de 1960, com a ampliação da rede de ensino público em todo o país, o ingresso do negro às escolas públicas tornara-se rotineiro, contudo as relações raciais no interior das salas de aulas permaneceram discriminatórias. A partir dos anos 70, com a constatação desse quadro, as organizações negras de caráter civil passaram a denunciar a seletividade do modelo educacional vigente que excluía o patrimônio cultural da população negra dos currículos escolares e afastava a classe popular, majoritariamente negra, do processo ensino-aprendizagem. Diante dessa situação, começaram a reivindicar a incorporação dos conhecimentos voltados para o legado histórico do negro como possuidor e criador de uma história e cultura no currículo das escolas.

A incorporação de conteúdos escolares em várias disciplinas, segundo Trindade (1997), foi regulamentada por várias Leis e Projetos de Lei em municípios e estados brasileiros, mas os obstáculos continuaram para impedir a concretização dessas leis, porque também nesses casos não se criou a condição para execução do texto das leis. Isso foi muitas vezes assumido pelas próprias entidades negras que desencadeavam ações, a fim

de sensibilizar professores e alunos para a necessidade de se respeitar à diversidade cultural da população brasileira e melhorar as relações raciais nesse país.

Como podemos perceber, apesar de ignorado pela história da educação brasileira oficial, é necessário admitir a existência de uma história afro-brasileira, pois existem elementos que indicam que as camadas negras no Brasil, apesar dos obstáculos, pelo menos uma pequena parcela conquistou diversos níveis de escolarização, porém, em grande parte por esforços particulares ao próprio grupo.

O resgate de fontes documentais e de reconstrução da educação brasileira que considere não só as experiências educativas de uma elite branca ou dos imigrantes europeus que aqui chegara, para as quais o sistema oficial de ensino brasileiro foi construído, torna-se necessário e urgente na atual conjuntura brasileira, já que a realidade de desigualdades raciais ainda persiste no ambiente de sala de aula.

O Brasil já assumiu oficialmente a sua característica de um país multi-étnico com tratamento desigual dos seus grupos. São iniciativas que indicam esse processo de revisão dos conteúdos escolares para contemplar a multiplicidade dos interesses dos vários grupos humanos existentes no país. As reformulações da educação oficial brasileira com destaque ao papel das contribuições dos grupos raciais e as avaliações de livros didáticos devem abolir as abordagens preconceituosas e desenvolver estudos que revelam o tratamento diferenciado relegado à criança negra nas escolas públicas. Defendemos a incorporação de um currículo oficial baseado na Pluralidade Cultural como conteúdo transversal no Ensino Fundamental.

Sobre a Lei 10.639/2003

Reconhecer somente o tratamento desigual que a população negra brasileira vem sofrendo desde a sua inserção na História do Brasil e na História da Educação Brasileira, não é suficiente, pois é necessário realizar ações que permitam à população brasileira perceber o negro como membro formador de nossa sociedade. Neste sentido, defendemos a necessidade de uma política pública para reconhecer a importância do negro e de sua cultura para formação da nação brasileira.

A política pública quando é voltada para a democratização real da educação pode ser um forte vetor impulsionador de programas de desenvolvimento, como inclusão e promoção social. A Lei 10.639/2003 vem propor ações voltadas para o desenvolvimento humano, no qual permite que a situação de marginalidade social do negro brasileiro seja amenizada.

Parente (2005) argumenta que a História do Brasil e a História da Educação no Brasil evidenciam a demanda por reparações para ressarcir os descendentes de africanos negros de todos os danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais, causados durante o regime escravista e depois na condição de ex-escravo, tanto em virtude de políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população quanto a manutenção de privilégios exclusivos usufruídos pelos grupos ligados ao poder de governar e de influir na formulação de políticas, no período pós-abolição.

A Lei vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais africanos, sua trajetória na nação brasileira, na condição de sujeitos na construção da sociedade. Evidentemente a alteração da LDB, foi um ganho político. Agora é preciso que se modifique o conteúdo escolar em prol de reparações do passado, para conquistar um resultado eficaz no processo educativo. Essa alteração, em seus aspectos explícitos e implícitos, precisa ser construída no cotidiano escolar e, no fazer pedagógico do interior das escolas, é necessário envolver alunos, professores, corpo diretivo, corpo administrativo

e comunidade escolar em geral, a fim de construir um currículo que tenha por base o respeito à diversidade cultural.

Um dos aspectos positivos da Lei 10639/2003 é o de abrir espaço para que o negro seja incluído nas propostas curriculares como sujeito histórico. E para cumprir essa finalidade, há que se formar professores devidamente preparados e subsidiados para fazer uma releitura do currículo à luz da história e da cultura afro-brasileira, bem como elaborar propostas pedagógicas que contemplem os conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, históricos e religiosos, geográficos e culturais da população negra.

As propostas contidas na Lei 10.639/2003 podem contribuir para ampliar o processo de democratização da educação escolar, ao permitir que a parcela significativa da população afro-descendente negra vivente no Brasil, possa ter as mesmas condições sociais e educacionais que o resto da população brasileira.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), recomendam a necessidade de se ter clareza que Lei 10.639/2003 alterou as diretrizes e bases da educação nacional. A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica prevê a inclusão de novos conteúdos que exige uma reflexão das relações étnico-raciais, sociais e pedagógicas. Nos procedimentos de ensino, as condições oferecidas para aprendizagem devem conter os objetivos tácitos da educação oferecida pelas escolas.

A Lei contribuirá para mudar alguns números apresentados por Munanga (2003) e permitirá que se realizem ações efetivas em favor dos negros brasileiros, a fim de diminuir a diferença dos índices de escolarização entre brancos e negros, e assim, diminuir também a discriminação social, política e econômica.

Do total de universitários brasileiros, 97% são brancos, 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre os 22% dos brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros. (MUNANGA, 2003, p.118).

Dessa forma, será possível construir um país multi-étnico e pluricultural, para romper com os preconceitos e as discriminações secularmente cristalizadas. É um grande desafio da sociedade brasileira. Um país multi-étnico e pluricultural requer organizações escolares que garantam o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem obrigar nenhuma etnia a negar a si mesmo, negar ao próprio grupo étnico/racial a que pertencem e nem adotar costumes, idéias e comportamentos que são adversos.

A Lei 10.639/2003 permitirá romper com o modelo pedagógico vigente que tem o modelo eurocentrista como padrão, fazendo com que a sociedade civil organizada, por meio de suas legítimas representações, incluindo o afro-brasileiro, seja chamada para participar de decisões que viabilizem a construção de uma escola que contemple os brasileiros descendentes de africanos. Para tanto, consideramos essenciais as seguintes ações:

- Propiciar um novo perfil de professor e de aluno, de modo que, no exercício de relacionamento e de ajuda, se apropriem dos saberes sobre a história e a cultura afro-brasileiras, a serem socializadas com as respectivas comunidades, rompendo com a pedagogia clássica que prioriza o modelo eurocêntrico.
- Realizar uma releitura do mundo, especialmente do mundo africano do período pré-colonial, com seus reinados, seus impérios e sua cultura, para compreender os reflexos sobre a vida dos afro-brasileiros e dos brasileiros em geral.

- Garantir a visibilidade ao afro-brasileiro para promover a cidadania e igualdade racial, alcançável por meio de uma pedagogia multirracial e interétnica.
- Garantir que o afro-brasileiro, na construção de sua personalidade, encontre referências em outros negros, considerando que o negro que não se vê em outro, tem dificuldade em reconhecer-se e identificar-se como tal.
- Produzir novos materiais pedagógicos contando “a verdade” histórica sobre os afro-brasileiros, substituindo os livros didáticos e os para-didáticos eivados de erros e preconceitos, hoje colocados à disposição nas bibliotecas das escolas.

O racismo, o preconceito e a discriminação são malefícios que existem na escola, assim como na sociedade em geral, muitas vezes mascarados, naturalizados ou, outras tantas vezes, são assumidos explicitamente. Essas atitudes estão presentes nos valores, nas normas vigentes e nos procedimentos que realizamos para alcançar nossos intentos. São heranças culturais de um processo cruel de dominação, que mina a cultura dos grupos sociais considerados dominados, entre nós os negros e indígenas.

Trabalhar a partir de valores eurocêntricos, o sistema de educação leva as crianças e adolescentes afro-brasileiros a se sentirem inferiores e a serem considerados como tal, pelos demais, ao conviverem com as imagens estereotipadas que causam danos psicológicos e morais, bloqueando a personalidade pessoal, étnica e cultural dos afro-descendentes.

O brasileiro, de um modo geral, sabe pouquíssimo a respeito do afro-descendente ou, quando sabe, está repleta de idéias preconceituosas. Nosso conhecimento, por exemplo, começa na entrada do negro no Brasil como mercadoria. É a imagem do escravo, descalço, seminu e selvagem. Mas a história do africano livre, senhor de sua vida, produtor de sua cultura, à época dos grandes reinos e impérios na África Pré-Colonial é pouco conhecida. Por isso, é urgente desmontar as inverdades e as omissões para desnaturalizar os preconceitos e construir uma nação multirracial, justa e democrática.

Considerações.

Apesar da História da Educação Brasileira ter funcionado como um dos veículos de continuísmo da reprodução do tratamento desigual relegado aos negros na sociedade brasileira, não se pode negar que existe uma história da educação e da escolarização das camadas afro-brasileiras. Essa história está sendo resgatada por pesquisadores, grande parte de origem afro-descendente, que procura evidenciar as informações que retratam as relações educativas do negro com as escolas oficiais e com o próprio movimento negro brasileiro. A maioria desses trabalhos aborda períodos recentes, sendo em poucos estudos exploram as informações sobre a escolarização do negro, no início do período republicano.

Diante do quadro de carência de informações sobre a história da educação do afro-brasileiro, e por causa de sua omissão nos conteúdos oficiais e nos cursos de formação de educadores, consideramos que é urgente e necessário desenvolver estudos que contemple a diversidade étnico-cultural, a fim de contribuir com a formação de professores no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando Preconceitos*. Campinas: CMU/ Unicamp, 1997.

BINZER, Ina Von. *Os Meus Romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Tradução de Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira. 6. ed. rev. e bilíngüe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e pra o Ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1998*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei 10.639*. Inclui a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo Oficial da Rede de Ensino. Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. *Lei Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/11/1996*. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. *500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CARVALHO, Marta M. C. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: CIA das Letras, 1989.

CARVALHO, Murilo. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CUNHA Jr. Henrique. Pesquisas Educacionais em Temas de Interesse dos Afro-descendentes. In: Lima, Ivan Costa et. al. (Orgs.). *Os Negros e a Escola Brasileira*. n. 6. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/ NEN, 1999.

CUNHA, P. M. C. da. Da Senzala à Sala de aula: como o negro chegou à escola. In: OLIVEIRA, I. (coord.). *Relações raciais no Brasil: alguns determinantes*. Niterói: Intertexto, 1999.

DEMARTINI, Zélia de F. A Escolarização da População Negra na Cidade de São Paulo nas Primeiras Décadas do Século. *Revista Ande*, 14 (1989): 51-60.

FIGUEIREDO, Ângela. *Novas Elites de Cor: Estudos Sobre os Profissionais Liberais Negros em Salvador*. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Thompsom, 2005.

HOFBAUER, Andréas. *Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas*. 2. ed. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. A Reconstrução Educacional do Brasil. Ao povo e ao Governo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

MOURA, Clóvis. Organizações negras. In.: SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (Orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes: CEBRAP, 1982.

MOURA, Clóvis. *História do Negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. A Imprensa Negra em São Paulo. In.: *Imprensa Negra*. Estudo Crítico de Clóvis Moura. Legendas de Miriam N. Ferrara. São Paulo: Imprensa Oficial: Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, Fac-Similar, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas Afirmativas em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha; SILVÉRIO, Valter Roberto. *Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

NAGLE, Jorge. História da Educação brasileira: problemas atuais. *Em aberto*, Brasília, 3 (23), set/out, 1984.

PARENTE, Regina Marques. A Invenção do Cidadão Negro. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha; PINTO, Regina Pahm (Orgs.). *Negro e Educação: Escola, Identidade, Cultura e Políticas Públicas*. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2005.

PEREIRA, J. P. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. In: NASCIMENTO T. A Q. R. do et. al. *Memória da educação*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1999.

PINTO, Regina Pahim. Movimento Negro e educação do negro: a ênfase na identidade. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Nº 86, ago. 1993.

RAMOS, Arthur. *Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1977. rever esta referência.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias Que Não Se Realizam*; o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá, PR: Eduem, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares No Brasil. In: SAVIANI, Dermeval. *O Legado Educacional do Século XIX*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. A Cultura Negra nos Currículos Escolares: afinal, isto é possível? In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, Jeruse (Orgs.). *Negros e currículo*. n. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007

* Artigo baseado no texto apresentado na VII Jornada do HISTEDBR de 17 a 19 de setembro de 2007, Campo Grande-MS.

ⁱ Mestrando em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM, CEP. 87020-900, Paraná, Brasil. E-mail: ddelton@gmail.com

ⁱⁱ Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: tkteruya@gmail.com.

ⁱⁱⁱ O lançamento do Manifesto em 3 de Dezembro de 1870, estampado com destaque na edição inaugural do jornal A República, é o documento simbólico mais importante na implantação do regime republicano e na queda da monarquia.

^{iv} Sílvio Romero crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914.

^v Raimundo Nina Rodrigues, nasceu no estado do Maranhão 1862, médico e sociólogo morreu em Paris em 1906.

^{vi} Negro Cosme foi um quilombola que se destacou como um dos líderes da Guerra dos Balaios no estado do Maranhão no período de 1838 a 1841.